

Local Valongo vai dar posse ao seu segundo Conselho das Crianças

“Nunca tinha tido a oportunidade de mudar algo no local onde vivo”

Autarca considera que o Conselho das Crianças de Valongo tem sido “uma experiência transformadora”. Henrique Vilar, de 11 anos, diz que o primeiro mandato foi “para lá de bom”

Abel Coentrão

Aluno do 7.º ano, quase a chegar aos 12 anos, Henrique Vilar tem uma agenda escolar e desportiva apertada. Se nisso se parece com muitas crianças, há algo que o distingue da maioria dos portugueses da sua idade: Henrique foi um dos primeiros sorteados para o Conselho das Crianças de Valongo, cujo mandato terminou recentemente e, sendo um dos membros mais novos, foi convidado para transitar para um segundo conselho, que toma posse amanhã, desta vez com 24 crianças entre os 7 e os 8 anos das várias escolas do município.

O Conselho das Crianças de Valongo não é um exercício de democracia efémera, para lhes mostrar como funcionam os órgãos de poder a que só os adultos têm acesso. A criação deste órgão integra-se na adesão do município à rede internacional Cidade das Crianças, fundada em torno do trabalho do pedagogo Francesco Tonucci – que participa, hoje, numa conferência em Ermesinde – e corresponde a um dos seus três pilares: o da promoção da participação dos mais novos nas decisões de política.

Quando se pede a Henrique Vilar que avalie a experiência do mandato de 15 meses (de Março de 2022 a Junho de 2023), o aluno da EB 2,3 Vallis Longus é taxativo: “Foi uma experiência diferente, foi para lá de bom. Nunca tinha tido a oportunidade de ter poder para mudar alguma coisa no lugar onde vivo”, explica este conselheiro, que, a partir de uma experiência pessoal, trazida de um passeio com os pais, propôs a criação de minibibliotecas em lugares menos habituais. Uma delas foi já instalada, no Largo do Centenário, na cidade.

Na abertura do seu livro *A Cidade das Crianças*, Francesco Tonucci dizia que, na geografia do nosso imaginário, a cidade e a floresta tinham trocado de lugar. Esta última, outrora lugar de bichos, monstros e medos, tornou-se um lugar idílico, a preservar, enquanto a cidade, e as suas ruas, outrora frequentadas por gente de todas as idades, “tornou-se perigosa e traçoiçeira”, coarctando a autonomia das crianças no espaço público (cuja recu-

peração é, por sinal, outro dos pilares de actuação da rede).

Valongo, como muitas cidades portuguesas, cabe, pelo menos em parte, neste retrato, na perspectiva das crianças. Perspectiva essa que surge, neste caso, bastante alinhada com a própria política do município para a reabilitação do espaço público, por exemplo tornando estes jovens conselheiros em bons aliados para medidas que geram alguma contestação.

Entre as 28 propostas saídas das reflexões destas crianças, destacam-se algumas, como a “correção da irregularidade do piso”, para acabar “com os altos e baixos nos passeios”, a “redução da quantidade de carros em circulação, colocando à disposição bicicletas e trotinetes à entrada das freguesias do concelho”, ou a “criação de mais ciclovias”.

“Os condutores precisam de ter mais atenção às pessoas que circulam a pé”, exigem. E, para Henrique Vilar, a “redução da velocidade” a que circulam ajudaria a diminuir a sensação de insegurança dos transeuntes, permitindo que mais gente pudesse, por exemplo, ir a pé para a escola, como ele, a irmã mais velha e um primo fazem, a partir da casa dos avós.

Outro pilar da Cidade das Crianças é o “direito a brincar”, para o qual contribui uma relação mais saudável e segura com o espaço público. E esta está presente em propostas de outras áreas: seja na cultura, em que sugerem a “disponibilização de espaços com paredes para a realização de *graffiti*”; no ambiente, em que propõem “maior uso dos parques para actividades diversificadas, nomeadamente relacionadas com a área das artes (teatro)”; ou desporto, na qual desejam mais equipamentos, gratuitos, para a realização de exercício físico e prática

“É uma experiência que fica, que mexe com as máquinas administrativas e com os actores políticos”

de modalidades diversas.

Como em todos os processos participativos, algumas destas propostas estão em andamento, por fazerem parte das prioridades do executivo municipal – como aconteceu com uma ciclovía entretanto construída, nota Henrique. Outras estão em análise pelos vereadores das respectivas áreas, explicou ao PÚBLICO a responsável pela Direcção de Cultura e Participação, Susana Gomes, que faz a ponte entre a equipa do projecto e o executivo municipal, assinala que “os vereadores gostaram muito de ouvir as crianças. Ficaram surpreendidos com as suas propostas”.

Atleta de hóquei da Associação Desportiva de Valongo, o que implica jogar pelo clube ao fim-de-semana, Henrique não conseguiu participar em todas as 32 sessões do conselho, realizadas quinzenalmente, ao sábado de manhã, e só esteve numa das três reuniões deste órgão com o presidente da câmara. “Ele parecia interessado nas nossas ideias. Não senti qualquer desprezo por sermos crianças a dar a nossa opinião”, descreve.

Experiência transformadora

Na década que já leva como autarca, ao presidente da câmara não lhe faltam iniciativas de abertura à participação da comunidade nos processos de decisão – seja no orçamento participativo jovem, na discussão do plano de gestão do Parque das Serras do Porto, ou do Plano Director Municipal, entre outras. Mas este é diferente, desde logo pela idade dos interlocutores e pelo compromisso com a rede da Cidade das Crianças. “Tem sido uma experiência transformadora”, assume José Manuel Ribeiro.

“Sempre acreditei nestas dinâmicas de participação dos diversos segmentos da população”, afirma o autarca socialista, que preside à Rede de Autarquias Participativas. José Manuel Ribeiro considera que os municípios são “a escala ideal”, pela proximidade, para pôr em prática estes princípios. “O que custa é abrir pela primeira vez a porta à participação”, diz.

Franqueada a entrada, os resultados trazem bem uma vontade cidadã, ainda pouco explorada no nosso país.



O primeiro conselho apresentou várias propostas relacionadas com mobiliário

Tonucci apadrinha novo Conselho das Crianças

Atomada de posse, amanhã, do segundo Conselho das Crianças de Valongo, órgão criado no âmbito da adesão do município à rede internacional Cidades das Crianças, vai contar com a presença de Francesco Tonucci, fundador desta organização internacional dedicada a abrir a democracia local e a recuperar o espaço urbano para os mais novos. O pedagogo italiano participa, hoje, numa conferência, em Ermesinde. O público português teve de esperar mais de 25 anos por uma edição de *A Cidade das Crianças*, o livro que Francesco Tonucci escreveu em 1996. Sob o lema “uma cidade adequada às crianças é uma cidade boa para todos”, o italiano desenvolveu, primeiro no seu município, Fano, depois no Instituto das Ciências e Tecnologias Cognitivas, em Roma, e depois numa rede internacional, desde 1991, um conjunto de ferramentas e reflexões visando promover a participação e garantir a autonomia e o direito a brincar das crianças. Valongo, que

primeiro tomou a iniciativa, e Torres Vedras são os únicos municípios portugueses nesta rede internacional com duas centenas de cidades e instituições de mais de 30 países. A presença de Tonucci – também conhecido como Frato, cartoonista dedicado aos temas da infância na escola e na cidade – será uma oportunidade para, hoje de manhã, apresentar a Cidade das Crianças à Rede de Autarquias Participativas, presidida, neste momento, pelo autarca local, José Manuel Ribeiro. A reunião deste grupo de municípios antecede uma conferência de Tonucci. A sua obra foi apresentada a Portugal em 2021, *online*, numa iniciativa do município de Valongo que juntou, também, os autarcas de Pontevedra, na Galiza, e de Jundiá, no estado de São Paulo, Brasil. Ao PÚBLICO, o italiano assumia que “a cidade das crianças é uma utopia”. Mas insistia: “Temos de tentar lá chegar.” A conferência “A Criança no Centro das Políticas Públicas: Uma cidade Melhor para todos” decorrerá no Fórum Cultural de Ermesinde.



dade

Realizada no âmbito da revisão do Plano Director Municipal, a iniciativa “À Procura do Meu lugar”, que propôs às crianças das escolas que imaginassem futuros possíveis para espaços do concelho, teve 500 contributos válidos e 150 lugares mapeados.

Em todas as iniciativas participativas, José Manuel Ribeiro destaca a importância do processo, tanto ou mais que os seus resultados. “Isto tem um impacto muito grande. É uma experiência que fica, que mexe com as máquinas administrativas e com os actores políticos.” Para além disso, acredita que “uma cidadania autónoma”, como aquela que se constrói nestes fóruns, é essencial para o próprio processo democrático local.

No caso do Conselho das Crianças, Valongo abriu a porta a uma “visão complementar à dos adultos”, visão essa normalmente “sub-representada”, tal como a dos idosos, nota o autarca. “Este é um processo acarinhado e vamos continuar a promovê-lo, com intensidade”, garante.

Envolver mais crianças

Contratada pelo município para fazer uma avaliação de impacto deste projecto, a investigadora Vanessa Espínola, aluna do mestrado em Desafios das Cidades, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, considera que esta ligação do conselho ao presidente deve ser mantida, pois essa é a lógica proposta pela rede internacional. Mas alerta que seria importante

encontrar alguma instituição de suporte, para que a iniciativa não fique dependente da adesão do autarca do momento a este tipo de processos, ainda raros entre nós.

A investigadora propõe vários ajustes para o mandato que agora começa e que, na lógica da rede da Cidade das Crianças, contará com 24 crianças mais novas, entre os 7 e os 8 anos, de modo a fortalecer um projecto “inovador para Portugal”, que no caso de Valongo dá voz a 13% da população. Acredita, por exemplo, que seria útil que cada conselheiro levasse os debates para as aulas de cidadania, recolhendo sugestões de outras crianças.

A directora de Cultura e Cidadania assume que será importante afinar o processo – tornando o mandato um pouco mais curto, para que mais crianças possam participar, por exemplo. Ao mesmo tempo, concorda que será preciso garantir que os envolvidos vejam, no terreno, que a sua intervenção tem consequências, realizando com eles, quando possível, acções experimentais, ou urbanismo táctico, no caso do espaço público, em linha com as boas práticas internacionais.

Outra questão a resolver é a conciliação entre as reuniões do conselho e a agenda das crianças, ou dos seus pais, pois muitos conselheiros, no primeiro mandato, não conseguiram acompanhar os trabalhos com regularidade. Mas, com mais ou menos ajustes, Vanessa Espínola aplaude o caminho percorrido.

Alunos de Matosinhos evitaram o carro e foram premiados

Camilo Soldado

Projecto de CEiia com a Escola Secundária João Gonçalves Zarco pôs 70 estudantes a usar outros modos de deslocação

Durante um mês, as viagens entre casa e escola de 72 alunos e professores da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, em Matosinhos, mudaram. Como parte do projecto-piloto CZarco, desenvolvido pelo CEiia (Centro de Engenharia e Desenvolvimento de Produto) em parceria com o estabelecimento de ensino, os alunos foram registando os seus esforços para diminuir a pegada carbónica nas deslocações.

“Tínhamos uma aplicação que servia para registar o nosso percurso de casa para a escola e da escola para casa”, começa por explicar Leonor Cunha, que tem 17 anos e está agora no 12.º ano. “Precisávamos de Internet, seleccionávamos o modo de transporte e clicávamos em “iniciar viagem””, conta. Na viagem de regresso, o procedimento era o mesmo.

Estudantes de três turmas fizeram-no ao longo de um mês através da aplicação AYR, desenvolvida pelo CEiia. O objectivo era contabilizar a poupança de emissões de dióxido de carbono ao ir para a escola a pé, de trotinete, de bicicleta ou de transportes públicos em vez de carro.

No final, somando os esforços, foram poupados 43 quilogramas de dióxido de carbono. Mas o CZarco vale mais pela experiência do que pelo volume das emissões evitadas, explica a investigadora do CEiia Lurdes Ferreira, que concebeu o projecto e o está a desenvolver no âmbito da sua tese de doutoramento em alterações climáticas e políticas de desenvolvimento sustentável.

Até porque o grupo era reduzido e o tempo também foi limitado. Mais do que contabilizar a poupança de emissões em si, sublinha Lurdes Ferreira, a ideia era tornar “tangível um conceito sobre alterações climáticas”. Afirma que, “se os compromissos políticos para a neutralidade carbónica não foram compreensíveis, não fizeram parte da vida das pessoas”, dificilmente serão adoptados também pelas comunidades. “E as cidades só podem ser descarbonizadas através das comunidades e da sua mudança de comportamento”, lembra.

A professora Ana Moura, que também esteve ligada ao projecto na escola, explica que o cálculo final é feito com base no esforço do grupo e não no esforço individual, uma vez que as condições de partida são dife-

rentes. Há alunos que moram a menos de um quilómetro da escola e podem ir a pé, há outros que moram a mais de 30 quilómetros e não têm transporte público disponível para fazer o seu trajeto. Também nem todos tinham acesso a dados móveis. “As dificuldades de mobilidade urbana condicionaram o que queríamos fazer”, menciona.

O CZarco decorreu durante o último ano lectivo, com sessões de capacitação, acompanhamento e monitorização, conta a responsável de políticas e estratégia do CEiia, Catarina Selada. Diz que o contributo dos alunos foi particularmente importante para ir melhorando a aplicação através da qual os dados de percurso foram validados.

O projecto mereceu a atenção da Comissão Europeia, que lhe atribuiu o prémio *Education For Climate's call for inspiring green education actions 2023*, na categoria de inovação digital, anunciado ontem. O CZarco foi a única iniciativa portuguesa entre os nove premiados nas áreas de ensino ao longo da vida, economia social e inovação digital.

No Dia Europeu da Educação para o Clima, a 16 de Novembro, o projecto será apresentado em Bruxelas, depois de já ter sido apresentado ao executivo do município de Matosinhos. É que os alunos querem monetizar o valor agregado das emissões de carbono quantificadas pela aplicação e sugeriram à autarquia que esta

financiasse projectos verdes relacionados com a escola Gonçalves Zarco.

Também estudante no 12.º ano, Mariana Pereira conta que a experiência tornou os participantes mais atentos às condições para andar a pé, de transportes públicos ou de bicicleta. Diz que as linhas dos autocarros Maré, o serviço de transportes públicos de Matosinhos, não respondem a todas as necessidades. Também há a questão de acesso ao passe e da capacidade ou não de o pagar, refere.

Várias das propostas que apresentaram ao município estão relacionadas com mobilidade, mas também com a hipótese de o valor da poupança carbónica se traduzir em entradas gratuitas em equipamentos culturais, exemplifica Leonor.

A última reunião com membros da câmara foi em Junho, mas os estudantes ainda aguardam resposta de um município que até já se comprometeu com a redução em 85% das emissões de carbono até 2030. Este intervalo também dá outra experiência aos jovens, repara Ana Moura: que as respostas dos responsáveis políticos nem sempre são as mais rápidas.

Ao PÚBLICO, fonte oficial da autarquia refere que o CEiia e a câmara “estão a estudar um formato que permita seriar as melhores propostas dos alunos e consequentemente a atribuição de um montante monetário” para as implementar. Neste ano lectivo, este projecto será alargado a mais escolas de Matosinhos, Porto, Braga e Guimarães, diz Catarina Selada.

Independentemente do que vier a seguir, o CZarco já mudou algumas rotinas dos estudantes que nele participaram. Mariana já se habituou a caminhar para a escola em vez de apanhar boleia do pai. Leonor diz que a experiência teve “um peso significativo” na alteração da rotina. Começou a andar mais de autocarro e a pé, principalmente.

“As cidades só podem ser descarbonizadas através das comunidades e da sua mudança de comportamento”



Jovens mediram as emissões que evitaram